



# Orçamento de Estado 2015

## Principais Alterações no IRS

PSZ CONSULTING | Jan 2015



		2014	2015
Escalões e taxas	Mantêm-se		
Divisão do rendimento	Para calcular os escalões e as taxas sobre o rendimento, aplica-se o <b>método do quociente conjugal</b> . O rendimento coletável é dividido pelo número de sujeitos passivos do agregado familiar. Significa isto que <b>o rendimento de um casal é dividido por dois e ao resultado dessa divisão aplicam-se as taxas de IRS</b> .	Passa a aplicar-se o quociente familiar, em que <b>o rendimento é dividido pelo número de membros do agregado familiar</b> (para além dos sujeitos passivos, também são considerados os filhos e os ascendentes a cargo que vivam na mesma casa e com rendimentos muito baixos, até à pensão mínima, de 259,4 euros). <b>Cada dependente ou ascendente vale 0,3 pontos nessa divisão</b> .	
Tributação separada	A <b>tributação conjunta é obrigatória para quem é casado</b> . Só os casais a viver em união de facto podem optar por entregar a declaração em conjunto ou em separado.	A <b>tributação separada</b> dos cônjuges ou dos contribuintes unidos de facto <b>passa a ser a regra</b> , mantendo-se a <b>tributação conjunta como opção</b> . Caso queira entregar a declaração em conjunto, o casal tem de indicar essa opção anualmente ao fisco, no prazo previsto para a entrega da declaração de rendimentos.	
Prazos de entrega	Para os rendimentos do trabalho dependente e/ou pensões, a <b>entrega em papel</b> ocorre em <b>Março</b> ; a <b>entrega online</b> , no Portal das Finanças,	Não há prazos distintos consoante o suporte em que as declarações são entregues. Para declarar rendimentos do <b>trabalho dependente</b>	

decorre em **Abril**.

**e/ou de pensões**, a entrega ocorre entre **15 de Março e 15 de Abril**. Para as **outras categorias** de rendimento, o prazo vai de **16 de Abril a 16 de Maio**. Os novos prazos aplicam-se apenas a partir de 2016, para as declarações referentes aos rendimentos de 2015.

Deduções pessoais

Cada **filho maior de três anos** dá direito a uma **dedução de 213,75 euros** ou de **427,5 euros se tiver até três anos**). Para **três ou mais filhos** a dedução será de **237,5 euros** cada. A **dedução por ascendente a cargo é de 261,25 euros, ou de 403,75 euros se for apenas um**.

Cada **dependente com mais de três anos** dá direito a uma **dedução de 325 euros** ou **450 se tiver menos de três anos**. Para os **ascendentes a cargo, a dedução é de 300 euros ou 410 se for apenas um ascendente**.

Encargos com lares

À coleta do IRS é dedutível um montante correspondente a **25 % do valor suportado** a título de encargos com lares, com o limite de **85 % do valor do IAS**.

À coleta do IRS é dedutível um montante correspondente a **25 % do valor suportado** a título de encargos com lares, com o **limite global de € 403,75**, consoante as especificidades do artigo 84.º

Despesas de educação

Podem ser **deduzias 30%** das despesas, com um **limite de 1,6 IAS**, ou seja, 670 euros (IAS = 419,22 euros). Nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo o limite referido **é elevado em montante correspondente a 30 % do valor do IAS**, por cada dependente.

A dedução mantém-se em **30% da despesa** realizada, sendo alargado o teto para **800 euros**.

Saúde	Deduzem-se <b>10% das despesas</b> , até ao limite de 2 IAS, ou seja, <b>838,44 euros</b> .	A <b>dedução passa a ser de 15%</b> e o teto sobe para os <b>1000 euros</b> .
Encargos com imóveis	<b>Dedutíveis 15% dos encargos</b> com: - Juros do crédito à habitação (contratos celebrados até 31 de Dezembro de 2011) com um limite de <b>296 euros</b> ; - Despesas com cooperativas e locação financeira, até um limite de <b>296 euros</b> ; - Encargos com rendas de contratos celebrados ao abrigo do regime de arrendamento urbano com um limite de <b>502 euros</b> .	Mantém-se.  Há uma majoração para os rendimentos mais baixos.
Despesas gerais familiares	N/A	É criado um novo grupo de deduções à coleta, que abrange qualquer despesa do dia-a-dia, seja um café, uma fatura do gás, uma compra de supermercado ou um bilhete de um espetáculo, desde que seja emitida uma fatura com NIF. A cada despesa realizada por um membro do agregado familiar, é possível deduzir 35%, havendo um limite global de 250 euros por cada sujeito passivo.
Escalões de deduções à coleta		Mantém-se a regra de não haver limite para quem tem rendimentos até 7000 euros; daí em diante até aos 80 mil euros, o teto

	<b>Escalão de rendimento coletável</b>	<b>Limite</b>	baixa à medida que aumenta o rendimento, ficando a dedução limitada aos mil euros para os rendimentos acima do patamar dos 80 mil euros. Nos agregados com três ou mais filhos, há, por cada um, uma majoração de 5% no teto global das deduções.
	Até 7 000 .....	Sem limite	
	De mais de 7 000 até 20 000 .....	1250	
	De mais de 20 000 até 40 000 .....	1000	
	De mais de 40 000 até 80 000.....	500	
	Superior a 80 000....	0	

Vales de educação

As empresas já podem atribuir vales sociais, isentos de IRS e do pagamento de contribuições sociais, aos trabalhadores com filhos até aos sete anos, destinados ao pagamento de creches e jardim-de-infância...

O regime é alargado, passando a abranger os filhos até aos 25 anos, incluindo assim os estudantes universitários. Os vales de educação cobrem o pagamento de escolas, estabelecimentos de ensino e de despesas com manuais escolares.

Rendimentos Isentos de Pagamento de IRS

**Estavam isentos de pagamento do imposto** os rendimentos mais baixos, de valor igual ou inferior ao SMN (Salário Mínimo Nacional) mais elevado mais 20%. Ou seja, antes da subida do salário mínimo seria:  $14 \times 485 \times 120\% = \mathbf{8.148 \text{ euros}}$ . (Em Outubro passou de 485 euros para 505 euros).

**Valor fixo de 8500 euros.**

Os contribuintes com rendimentos iguais ou inferiores e não tenham sido sujeitos a retenção na fonte ficam dispensados de entregar a declaração de IRS,

Declaração simplificada

N/A

Quem estiver abrangido pela **tributação separada** passa a ter uma **declaração simplificada, pré-preenchida pelo fisco.**



		Os contribuintes têm apenas de confirmar os dados e validar o documento.
Residência Fiscal Parcial	A legislação não previa que uma pessoa fosse considerada residente fiscal apenas durante uma parte do ano. Mesmo que o contribuinte permanecesse em Portugal apenas durante um período, é considerado residente fiscal de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.	O código do IRS passa a incluir o conceito de residência fiscal parcial, permitindo a um contribuinte ser considerado residente fiscal apenas durante uma parte do ano (quem permanecer no país mais de 183 dias, seguidos ou não, em qualquer período de 12 meses; ou quem tenha residência habitual no país, embora esteja em Portugal menos de 183 dias).
Regime para expatriados	N/A	<b>É criado um benefício fiscal</b> que abrange os trabalhadores que mudam de local de trabalho, ficando no estrangeiro 90 dias ou mais tempo. A compensação paga pela deslocação ou pela permanência no estrangeiro fica isenta de IRS, até um limite de dez mil euros. No entanto, para determinar a taxa a aplicar aos rendimentos tributáveis, é englobada a parte do vencimento isenta de tributação.
Incentivos às empresas	N/A	Quem for trabalhador por conta de outrem e iniciar atividade por conta própria a partir de agora <b>beneficia de uma redução</b>

		do IRS para metade no primeiro ano de funcionamento. No segundo ano de tributação, o incentivo é de 25%
Sobretaxa de IRS	3,5 %	3,5 %
Vales de transporte público	Não tributados.	Passam a ser <b>tributadas como rendimento do trabalho dependente</b> , as importâncias atribuídas pelas entidades patronais aos seus trabalhadores a título de “ <b>vales de transporte público coletivo</b> ”, na parte em que <b>excedam o valor</b> equivalente ao limite definido para efeitos dos vales de refeição ( <b>€ 6,83</b> )
Englobamento	A opção pelo englobamento de rendimentos sujeitos a tributação a taxas liberatórias ou a taxas especiais determina o englobamento e todos os rendimentos, <b>ainda que de categorias distintas</b> , sujeitos a tributação especial ou liberatória.	A opção pelo englobamento de rendimentos sujeitos a tributação a taxas liberatórias ou a taxas especiais passa apenas a determinar o <b>englobamento obrigatório dos restantes rendimentos</b> , também eles sujeitos a taxas liberatórias ou especiais, <b>da mesma categoria</b>
Regime simplificado de tributação	Aplicação dos <b>seguintes coeficientes</b> : a) <b>0,15</b> das vendas de mercadorias e produtos, bem como das prestações de serviços efetuadas no âmbito de	Aplicação dos <b>seguintes coeficientes</b> : a) <b>0,15</b> às vendas de mercadorias e produtos, bem como às prestações de serviços efetuadas no âmbito de atividades

atividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas;

b) **0,75** dos rendimentos das atividades profissionais constantes da tabela a que se refere o artigo 151.º;

c) **0,95** dos rendimentos provenientes de contratos que tenham por objeto a cessão ou utilização temporária da propriedade intelectual ou industrial ou a prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico, dos rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, do resultado positivo de rendimentos prediais, do saldo positivo das mais e menos-valias e dos restantes incrementos patrimoniais;

d) **0,30** dos subsídios ou subvenções não destinados à exploração;

e) **0,10** dos subsídios destinados à exploração e restantes rendimentos da categoria B não previstos nas alíneas anteriores

hoteleiras e similares, restauração e bebidas;

b) **0,75** aos rendimentos das atividades profissionais especificamente previstas na tabela a que se refere o artigo 151.º;

c) **0,35** aos rendimentos de prestações de serviços não previstos nas alíneas anteriores;

d) **0,95** aos rendimentos provenientes de contratos que tenham por objeto a cessão ou utilização temporária da propriedade intelectual ou industrial ou a prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico, aos rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, ao resultado positivo de rendimentos prediais, ao saldo positivo das mais e menos -valias e aos restantes incrementos patrimoniais;

e) **0,30** aos subsídios ou subvenções não destinados à exploração;

f) **0,10** aos subsídios destinados à exploração e restantes rendimentos da Categoria B não previstos nas alíneas anteriores;

g) **1** aos rendimentos



decorrentes de prestações de serviços efetuadas pelo sócio a uma sociedade abrangida pelo regime da transparência fiscal

Os coeficientes previstos nas alíneas b), c) e f) são **reduzidos em 50 % e 25 %** no período de tributação do início da atividade e no período de tributação seguinte, respetivamente, desde que, nesses períodos, o sujeito passivo não aufera rendimentos das categorias A ou H.

Tal facto não é aplicável nos casos em que tenha ocorrido **cessação de atividade há menos de cinco anos.**

Categoria H - Pensões	Aos rendimentos brutos da categoria H de <b>valor anual igual ou inferior a € 4.104</b> deduz-se, até à sua concorrência, <b>a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido.</b>	Aos rendimentos brutos da categoria H de <b>valor anual igual ou inferior a 72 % de 12 vezes o valor do IAS</b> deduz-se, até à sua concorrência, <b>a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido</b>
Mais-valias: despesas e encargos	Para a determinação das mais -valias sujeitas a imposto, ao valor de aquisição acrescem os encargos com a valorização dos bens, comprovadamente realizados nos <b>últimos cinco anos</b>	Para a determinação das mais -valias sujeitas a imposto, ao valor de aquisição acrescem os encargos com a valorização dos bens, comprovadamente realizados <b>nos últimos 12 anos.</b>

Arquivo e escrituração de livros A manutenção dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, por um **período de 10 anos**. Passa a ser obrigatória a manutenção dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, **por um período de 12 anos**

Comunicação de rendimentos e retenções A declaração “**Modelo 10**” é entregue até ao **final do mês de Fevereiro** do ano seguinte àquele a que os rendimentos respeitam. A declaração “**Modelo 10**” passa a ser entregue até ao **final do mês de Janeiro** do ano seguinte àquele a que os rendimentos respeitam.

A declaração “**Modelo 39**” é entregue até ao **final do mês de Janeiro** do ano seguinte àquele a que os rendimentos respeitam. A declaração “**Modelo 39**” passa a ser entregue até ao **final do mês de Fevereiro** do ano seguinte àquele a que os rendimentos respeitam.

Estes novos prazos produzem efeitos apenas a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Passa a permitir-se que os sujeitos passivos que pretendam optar pelo englobamento dos rendimentos de títulos nominativos ou ao portador e de juros de depósitos auferidos, solicitem às entidades devedoras dos mesmos a emissão de uma declaração anual de rendimentos sem qualquer imposição de prazo.

---

Taxas especiais e liberatórias	Atualmente, alguns rendimentos de capitais não elencados no artigo 71.º do Código do IRS (por exemplo, saldo de juros apurados em conta corrente, rendimentos de unidades de participação) ainda são <b>sujeitos a tributação às taxas gerais</b>	Unificação da taxa de retenção na fonte aplicável a rendimentos de capitais auferidos por residentes e não residentes, passando estes a ser sujeitos a <b>retenção na fonte liberatória à taxa de 28%.</b>
--------------------------------	---	--

Unificação da taxa especial aplicável a rendimentos de capitais não sujeitos a retenção na fonte em Portugal, passando estes a ser **sujeitos à taxa especial de 28%.**

---





[www.psz.pt](http://www.psz.pt)

**MORADA**

Rua de Ferronho nº 277 - 1º F  
S. Pedro de Avioso  
4475-703 MAIA  
Portugal

**CONTACTOS**

Tlf. +351 229 864 070  
Tlm. +351 931 178 697  
E-mail. [geral@pszconsulting.com](mailto:geral@pszconsulting.com)



[www.psz.pt](http://www.psz.pt)